

Relatório da Administração

Senhores Acionistas
A Administração da Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia. (Serveng ou Companhia) submete à apreciação dos acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração, acompanhado pelas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os valores monetários, exceto quando indicado o contrário, estão expressos em milhares de reais.

Apresentação
A Serveng, companhia de capital nacional fechado, atuando principalmente nos segmentos de: (i) Construção Civil – segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração – produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; (iv) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e (v) Prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais. Os principais investimentos mantidos pela Companhia em empresas controladas integralmente ou com controle compartilhado são: (i) Corumbá Concessões S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia; (ii) Santa Cruz Rodovias S.A. – concessão de serviços públicos na exploração de rodovias; (iii) Serveng Energias Renováveis S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; (iv) Ventos Potiguarenses Comercializadora de Energia S.A. – comercialização de energia eólica; (v) Dragaport Engenharia Ltda. – serviços de dragagem; e (vi) Serramar Parque Shopping Ltda. – gestão e exploração de centros comerciais. Entre os diversos projetos executados no decorrer de 2011 pela controlada Serveng, individualmente ou em parceria com empresas consorciadas, destacaram-se: (i) **Refinaria Premium I (Petrobrás), MA** – inaugurado em 2010, compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem e obras de acessos na área da futura refinaria Premium I no Maranhão; (ii) **Jacu Péssego – Lote 1, SP** – inaugurado em 2010 compreende a duplicação da Av. Papa João XXIII em Mauá até a interseção com o Rodoval Mário Covas, compreendendo também a ligação da Avenida Jacu Péssego, em São Paulo, com a Avenida dos Estados; (iii) **Obra SP 320 – Lotes 5 e 7, SP** – inaugurada em Nov/2010, compreendendo a duplicação e restauração de pista da Rodovia SP 320 – Lotes 5 e 7; (iv) **Transposição do Rio São Francisco – Lotes 1 e 2, PE** – consiste na execução de obras civis, instalação e montagem de equipamentos mecânicos e elétricos para implantação dos Lotes 1 e 2 da 1ª etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; (v) **Metró Linha 5 – Ilíads, SP** – inaugurada em mai/2011 compreende execução de obras civis, contemplando obra bruta e acabamento do trecho entre a Vala a Céu Aberto – “VCA” (exclusivo) para a partida das tuneladoras e a Estação Borba Gato (inclusive), da Linha 5 – Ilíads; (vi) **Varzea da Palma – 3ª etapa, MG** – inaugurada em mai/2011 compreende execução dos serviços e obras de tratamento de fundo de vale de afluentes do Córrego da Avenida Varzea da Palma, urbanização da Vila Apolônio e construção de unidades habitacionais – PAC/pro – moradia em Varzea da Palma.

Ambiente econômico
O ano de 2011 foi marcado pela desaceleração da atividade econômica mundial, provocando reduções generalizadas nas estimativas de crescimento, e a piora da situação na Zona do Euro. Diante desse cenário internacional repleto de incertezas a economia brasileira seguiu em ritmo moderado. Em 2011, o PIB brasileiro cresceu 2,7% em relação a 2010.

Desempenho econômico-financeiro
A Companhia obteve em 2011 um Lucro Líquido Consolidado de R\$ 31.528 (R\$ 586.698 em 2010), representando diminuição de 94,6% em relação ao ano anterior, influenciada basicamente pela variação dos investimentos avaliados pelo valor justo da empresa CCR, que no ano anterior representou uma receita de R\$ 576.705, sendo que em 2011 essa receita foi de R\$ 29.888. O Lucro Líquido Consolidado de 2011 foi impactado positivamente pelos seguintes fatores: (i) Lucro Bruto de R\$ 107.493, representando uma contribuição de 18,4% sobre a receita líquida de vendas; (ii) Receita oriunda da mensuração de determinados ativos ao valor justo na despesa “Outras receitas operacionais” totalizando R\$ 29.888; e (iii) Houve ainda, redução nas rubricas com imposto de renda e contribuição social, que em 2011 ficou positiva em R\$ 765 (negativa em R\$ 142.842 em 2010). O EBITDA Consolidado, o qual não considera o ganho com valor justo de determinados ativos, totalizou R\$ 29.533 em 2011, representando 5,1% da receita operacional líquida. Na formação da receita operacional bruta consolidada obtida pela Companhia em 2011 no montante de R\$ 655.963 (R\$ 1.022.463 em 2010), ressalta-se o seguinte: (i) Diminuição de 46,1% na Receita de Engenharia e Construção, que passou de R\$ 843.619 em 2010 para R\$ 454.396 em 2011; e (ii) Crescimento de 16,6% na Receita de Mineração, que passou de R\$ 107.961 em 2010 para R\$ 125.921 em 2011.

A tabela a seguir demonstra de forma resumida os principais números de 2011 e sua evolução em comparação ao exercício anterior.

Evolução da Receita Bruta de Vendas Consolidada por Segmento de Negócio

Segmento de negócio	em 2011		em 2010		AH%
	R\$ Mil	AV%	R\$ Mil	AV%	
Engenharia e Construção	454.396	69,3	843.619	82,5	(46,1)
Mineração	125.921	19,2	107.961	10,6	16,6
Concessão de Rodovias e Ponte	51.520	7,9	42.553	4,2	21,1
Geração de Energia Elétrica	24.084	3,7	23.017	2,3	4,6
Outros	42	0,0	5.313	0,5	(99,2)
	<u>655.963</u>	<u>100,0</u>	<u>1.022.463</u>	<u>100,0</u>	(35,8)

Recursos humanos
A Companhia encerrou o ano de 2011 com 2.418 colaboradores (2.552 colaboradores em 2010).

Perspectivas
O Brasil iniciou em 2010, o maior ciclo de grandes obras de infra-estrutura dos últimos 30 anos. Nos próximos 5 anos deverão ser investidos mais de R\$ 800 bilhões de reais de recursos públicos e privados. Os maiores impulsores desses investimentos serão sem dúvida a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

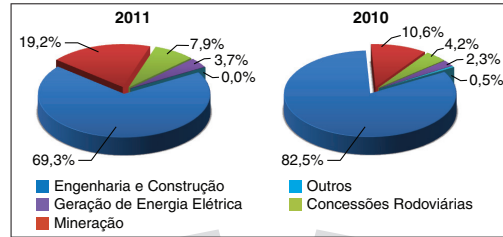
A Companhia e suas controladas vêm se preparando para fazer parte deste desenvolvimento, quebrando paradigmas e buscando oportunidades de novos negócios nos mais diversos setores da infra-estrutura brasileira. Neste sentido, nossas estratégias estão direcionadas para crescer participação em nossos principais segmentos de atuação, principalmente nos segmentos de transportes (rodovias, ferrovias, metrô e portos), saneamento básico, energia e mineração, bem como expandir nossa presença em diferentes regiões do País.

A Administração da Companhia acredita que a estabilidade econômica brasileira no médio e longo prazo contribuirá para um ciclo virtuoso de crescimento, permitindo a ampliação dos nossos negócios no mercado interno, com solidez e aprimoramento de nossa tecnologia na prestação de serviços e comercialização de produtos.

Agradecimentos
Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em nossos negócios, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, sem os quais não conseguiríamos obter os resultados apresentados.

São Paulo, 30 março de 2012

Thadeu Luciano Marcondes Penido – Diretor Presidente



Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.342	141.983	131.411	124.444	Fornecedores e subempreiteiros		73.623	36.693	48.417	25.076
Contas a receber de clientes	5	201.663	139.204	164.488	98.468	Empréstimos e financiamentos	14	28.422	11.569	20.775	4.791
Participações em consórcios	6	-	-	-	10.829	Impostos e contribuições a recolher	16	38.709	23.310	31.608	20.036
Estoques	7	21.843	12.058	15.353	10.321	Salários e férias a pagar		17.994	15.941	13.632	10.968
Impostos a recuperar	6	18.186	8.855	15.731	4.189	Dividendos a pagar		3.774	8.774	3.774	8.774
Partes relacionadas – contas a receber de clientes	15	-	-	181	76.355	Imposto de renda e contribuição social		919	-	-	-
Partes relacionadas – dividendos a receber	15	-	-	1.000	-	Provisão para manutenção relativos a concessões		19.409	17.782	-	-
Partes relacionadas – outras contas a receber	15	-	-	-	7.354	Participações em consórcios	6	-	-	43.607	-
Despesas antecipadas		3.841	1.394	2.844	1.181	Outras contas a pagar		31.010	30.414	5.534	7.971
Outras contas a receber		18.657	8.440	10.235	6.485		<u>213.850</u>	<u>144.483</u>	<u>167.347</u>	<u>77.616</u>	
		<u>420.532</u>	<u>313.115</u>	<u>423.779</u>	<u>289.354</u>						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	134.542	54.806	90.300	14.453
Precatórios a receber	8	507.825	472.802	507.825	472.802	Impostos e contribuições sociais a recolher	16	26.180	20.970	25.385	20.209
Imóveis a comercializar		3.674	3.905	1.755	1.755	Partes relacionadas – mútuos	15	-	-	5.764	5.000
Ativo fiscal diferido	9	27.262	14.666	27.262	14.666	Provisão para contingências	17	8.710	12.663	8.394	11.777
Partes relacionadas – mútuos	15	1.484	-	3.764	-	Passivo fiscal diferido	9	396.808	385.826	396.808	385.826
Partes relacionadas – adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	-	-	38.195	Receita diferida		4.014	19.305	1.534	18.132
Partes relacionadas – outras contas a receber	15	-	-	9.482	107.774	Outros Passivos	18	78.821	59.384	21.479	19.972
Despesa antecipada		696	10	-	9.482		<u>649.075</u>	<u>552.954</u>	<u>549.664</u>	<u>475.389</u>	
Outros créditos		7.911	48.706	577	875	Patrimônio líquido	19	1.207.380	600.000	1.207.380	600.000
		<u>548.852</u>	<u>549.571</u>	<u>687.152</u>	<u>537.775</u>	Capital social		-	-	-	-
Investimentos	10a	3.483	7.250	63.856	584	Adiantamento para futuro aumento de capital		30.000	-	30.000	-
Outros investimentos	10b	738.275	708.397	738.275	708.397	Reservas de lucros		357.990	724.615	357.990	724.615
Propriedade para investimentos	11	132.030	15.284	6.548	15.284	Ajuste de avaliação patrimonial		337.754	339.601	337.754	339.601
Imobilizado	12	893.334	719.905	681.234	628.059		<u>1.933.124</u>	<u>1.664.216</u>	<u>1.933.124</u>	<u>1.664.216</u>	
Intangível	13	59.543	48.131	49.291	37.768						
		<u>2.375.517</u>	<u>2.048.538</u>	<u>2.226.356</u>	<u>1.927.867</u>						
		<u>2.796.049</u>	<u>2.361.653</u>	<u>2.650.135</u>	<u>2.217.221</u>			<u>2.796.049</u>	<u>2.361.653</u>	<u>2.650.135</u>	<u>2.217.221</u>

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

Receita operacional líquida	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	21	584.531	937.125	569.123	871.172
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(477.038)	(710.518)	(483.582)	(666.838)
Lucro bruto		107.493	226.607	85.541	204.334
(Despesas) outras receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	22	(158.946)	(133.589)	(149.251)	(129.512)
Despesas financeiras		(31.880)	(17.810)	(22.188)	(7.950)
Receitas financeiras		53.392	61.341	54.376	64.390
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	60.704	592.991	53.387	593.604
		<u>(76.730)</u>	<u>502.933</u>	<u>(63.676)</u>	<u>520.532</u>
Participação em empresas controladas					
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	5.964	3.709
		-	-	-	5.964
Lucro antes da participação de minoritários, imposto de renda e contribuição social		30.763	729.540	27.829	728.575
Imposto de renda e contribuição social – corrente	9	(3.181)	(37.368)	(1.395)	(36.679)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	9	3.946	(105.474)	5.094	(105.198)
Lucro líquido do exercício		31.528	586.698	31.528	586.698

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	30.763	729.540	27.829	728.575
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Constituição (reversão) provisão para perdas com estoques e outros	5.394	19.040	17.862	15.137
Juros e variações monetárias	19.856	5.800	10.293	(4.086)
Constituição (reversão) provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	5.810	(12.335)	5.581	(12.372)
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	(35.136)	(33.658)	(35.136)	(33.658)
Depreciação e amortização	33.010	26.942	31.057	21.603
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(3.953)	3.190	(3.383)	(3.063)
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	12.165	3.252	130.272	253
Custo do investimento alienado	12.250	-	12.250	-
Ganho na variação do valor justo de investimentos	(28.867)	(576.812)	(28.867)	(576.812)
Equivalência patrimonial	-	-	(5.964)	(3.709)
	<u>51.292</u>	<u>164.959</u>	<u>161.794</u>	<u>131.868</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(68.269)	15.600	(71.601)	12.162
Estoques	(9.785)	(3.234)	(5.032)	(3.773)
Precatórios a receber	113	10.232	113	10.232
Impostos a recuperar	(9.331)	(3.127)	(11.542)	(2.029)
Redução de partes relacionadas – ativo	9.179	3.040	(52.328)	6.614
Participações em consórcios	-	-	54.436	6.713
Outras contas a receber	30.696	(5.992)	(1.635)	(2.490)
Imóveis a comercializar	231	(1.217)	-	-
Depósitos judiciais	-	(4.874)	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Fornecedores	36.930	(25.702)	23.341	10.281
Impostos e encargos sociais a recolher	22.652	(901)	19.392	303
Receita diferida	(15.291)	(338)	(16.938)	1.363
Partes relacionadas – passivo	-	(5.300)	764	(300)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.181)	(40.157)	(1.395)	(39.467)
Eleito decorrente de perda de controle acionário em investimentos	-	39.087	-	-
Contas a pagar	20.033	14.033	(930)	(5.571)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	65.269	156.109	(1.221)	116.256
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(215.498)	(48.412)	(88.932)	(48.163)
Aumento de participação em controladas e SCPs	(12.250)	(7.250)	(95.684)	(6.694)
Aumento de propriedade para investimentos	(117.757)	(7.725)	(117.757)	(7.725)
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	8.264	-
Eleito decorrente de perda de controle acionário em investimentos	-	65.998	-	-
Aumento do ativo intangível	(14.518)	(15.356)	(11.613)	(10.262)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento	(360.023)	(12.745)	(305.722)	(72.844)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	207.380	-	207.380	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	-	30.000	-
Empréstimos tomados	206.307	22.422	195.717	22.422
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(129.574)	(11.849)	(114.179)	(3.748)
Eleito decorrente de perda de controle acionário em investimentos	-	(174.188)	-	-
Pagamento de dividendos	(5.000)	(3.661)	(5.000)	(3.661)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	309.113	(167.276)	313.918	15.013
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	14.359	(23.912)	6.975	58.425
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	141.983	165		

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **o. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. *** Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos. **p. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionalmente uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **Provisão de manutenção – contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida em um nível específico de operação ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada contratualmente antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço. Considera-se uma obrigação incluída no longo do provisão somente a provisão necessária a ser realizada. Obrigações reincluídas ao longo do contrato passam a ser provisionadas na medida em que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restatutário colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. **q. Compromissos relativos à concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCMPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 15) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato. Os valores devidos ao Poder Concedente decorrentes da taxa de fiscalização de concessão são reconhecidos no resultado em função das contraprestações devidas mensalmente. **r. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre os lucros acumulados e base negativas de CSLL, quando as diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensuradas à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **s. Outros passivos circulares e não circulares:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **t. Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial:** O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas. Os valores em ajustes de avaliação patrimonial são reconhecidos para os lucros acumulados integral ou parcialmente quando a realização e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem. **u. Reconhecimento da receita – A receita de vendas e serviços:** A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas. A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes. A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias. A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e ponte administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas. *** Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Demonstrações financeiras consolidadas – As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2011	2010
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Dragaport Engenharia Ltda.	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Serveng Energias Renováveis S.A. (b)	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. (b)	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Serramar Parque Shopping Ltda. (a)	Integral – Direto	100,00%	–
Serveng Mineração Balsas Ltda. (b)	Integral – Direto	100,00%	–
Caçara dos Ventos Geradora Eólica S/A. (b)	Integral – Direto	100,00%	–
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado – Direto	18,74%	18,74%

(a) Empresa que iniciou as operações em 1º de dezembro de 2011.
(b) Empresas pré-operacionais.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado; c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; d. A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são devidos pela Controladora, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora; e. Os saldos das transações interempresas de controladas com controle compartilhado foram eliminadas e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial. Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação.

Caixa e bancos	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras diversas	142.018	106.410	125.846	105.974
	156.342	141.983	131.419	124.444

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado Depósito Interbancário – CDI, 2011 11,64% (2010 9,76%), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

Valores faturados para terceiros	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Médias a faturar	147.338	94.050	109.668	58.984
Ajuste a valor presente	(2.163)	(895)	(2.163)	(895)
Provisão para devedores duvidosos	(12.960)	(8.417)	(12.465)	(8.815)
Total	201.663	139.204	164.488	98.468

EMAP Dragagem	Controladora	
	2011	2010
Belo Monte	(9.288)	1.545
Petrobrás Premium	(9.239)	–
SEP Porto de Itajaí Emergência	(8.062)	(3.080)
Dersa Rodaneal Lote 4 Sul	(7.733)	(4.651)
BR 364	(7.174)	(5.588)
DNIT Duplicação BR 101	(5.680)	–
CPTM – Linhas A – F	(4.193)	1.127
CPTM – Esteções – Linha 7 Rubi	(718)	3.586
SAAE – ETA Boscussucesso	(692)	4.310
Novacap Metro Brasília	(275)	(839)
EPTG – Viário Lotes I e II	(227)	(1.126)
Aulaban Complexo Anhanguera	(562)	1.703
Jacu Pássaro Lote 1	(661)	661
SAAE ETE Guarulhos	(865)	8.463
REDUC	(948)	(613)
Transposição do Rio São Francisco Lote I e II	(4.059)	–
Outros consórcios	6.560	5.451
	270	4.129
Provisão para perdas com encerramento de consórcios	(39.380)	15.078
	(4.227)	(4.249)
	(43.607)	10.829

Produtos acabados	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Materia-prima	6.642	3.653	6.462	3.653
Outros estoques para consumo e manutenção	345	421	345	421
	14.856	7.984	8.546	6.247
	21.843	12.058	15.353	10.321

Valor bruto	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	440.795	410.232
DER/SP (b)	20.680	19.246
Outros (c)	46.350	43.324
	507.825	472.802

Emenda Constitucional 62/09: Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado. As principais novidades inseridas na EC 62 foram: (i) Regime Especial opcional aos Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de anteciparem seus precatórios já vencidos, no prazo de até 15 anos; (ii) Compensação de ofício que quitessem o pagamento dos precatórios aos credores, visando à quitação de eventuais débitos perante a Fazenda devedora; (iii) Faculta ao credor a utilização de créditos de precatório para a aquisição de imóvel público da respectiva Fazenda devedora, nos termos de legislação específica a ser editada pelo mesmo Ente Federativo; (iv) Possibilidade de cessão do precatório, independentemente da anuência da Fazenda, ressalvando que tal procedimento somente produzirá efeitos a partir de sua comunicação ao Tribunal e à entidade devedora, validando, ainda, todas as cessões já realizadas antes de sua promulgação; (v) Possibilidade de a Fazenda Pública devedora coordenar leilões dos precatórios. De acordo com a Emenda, devedores da Fazenda poderão adquirir precatórios judiciais em leilões realizados através de sistema eletrônico por entidade autorizada pela CVM ou pelo Banco Central, para quitessem seus débitos com deságio; (vi) Atualização dos valores pendentes pelo índice que corre de caderneta de poupança (juros + TR). Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela controlada Serveng (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito. Vale ressaltar, que há em andamento duas Ações Diretas de Inconstitucionalidades com Pedido de Liminar (ADI 4357 e ADI 4372), ajuizadas pelo Conselho Federal da OAB e outras associações, ambas em trâmite pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que visam declarar a inconstitucionalidade da nova sistemática de pagamento dos precatórios estaduais e municipais trazida pela EC

62/09. **Composição dos Precatórios a Receber:** a. O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Companhia à controlada Serveng, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança. No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rescindir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante o empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Sequestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances de a controlada Serveng receber o valor do precatório. b. O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança. c. Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Colíma, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança. Em função da publicação da EC 62/09, bem como a adoção do Regime Especial do Governo do Estado de São Paulo, a indefinição das ações de sequestro movidas pela controlada Serveng em relação ao precatório a receber do SEFAZ-SP, e a demora na definição dos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva da constitucionalidade ou não da EC 62/09.

Ativo	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda diferido:				
Diferenças temporárias	5.944	10.784	5.944	10.784
Prejuízos fiscais (a)	13.973	–	13.973	–
	19.917	10.784	19.917	10.784
Contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	2.140	3.882	2.140	3.882
Base negativa (a)	5.205	–	5.205	–
	7.345	3.882	7.345	3.882
Total diferido ativo	27.262	14.666	27.262	14.666

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Descrição	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência	
					2011	2010	2011	2010
Corumbá Concessões S.A.	375.452	(5.998)	219.673	18,74%	41.166	42.290	(1.125)	(2.174)
Dragaport Engenharia Ltda.	15.400	6	6.566	100,00%	6.566	6.559	6	(237)
Santa Cruz Rodovias S.A.	26.710	11.132	(23.956)	100,00%	(23.956)	(35.089)	11.132	5.141
Serveng Energias Renováveis S.A.	1	(1.041)	(1.040)	100,00%	(1.040)	1	(1.040)	–
Serveng Mineração Balsas S.A.	–	(1.566)	(1.566)	100,00%	(1.566)	–	(1.567)	–
Serramar Parque Shopping Ltda.	3.000	566	3.566	100,00%	3.566	–	566	–
Caçara dos Ventos Ger. Eólica S.A.	1	–	1	100,00%	1	–	1	–
Ventos Potiguares Ger. de Energia S/A	79.681	(2.009)	77.673	100,00%	77.673	–	(2.009)	–
Participações em controladas	–	–	–	–	102.409	13.762	5.964	2.730
Sociedades em conta de participação (a)	–	–	–	–	7.271	15.023	–	979
Total avaliado por equivalência patrimonial	–	–	–	–	109.681	28.785	5.964	3.709

(a) A Companhia é sócia participante de algumas sociedades em conta de participação que atuam no segmento de incorporação imobiliária, construção e venda de unidades residenciais.

Investimentos mensurados ao valor justo	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
	738.275	708.397	738.275	708.397

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 29 de dezembro de 2011. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

Movimentação das propriedades para investimentos	Adições e transferências		Depreciação e outros		Variação do valor justo	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Shopping Serramar (a)	7.725	118.000	(243)	–	–	125.482
Imóveis em São José dos Campos (b)	7.559	–	–	(1.011)	–	6.548
Total	15.284	118.000	(243)	(1.011)	–	132.030

(a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caragatubaba construído pela Companhia, com objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, os custos do empreendimento Serramar Parque Shopping, juntamente com o terreno foram alienados para a controlada Serramar Parque Shopping Ltda. Esta propriedade está mensurada pelo custo de aquisição dos respectivos ativos, o qual reflete o seu valor de mercado; e (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia. A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

Terrenos	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Edifícios e construções	491.724	510.514	474.134	493.470
Reservatórios, barragens e adutoras	38.237	37.766	38.162	37.766
Máquinas e equipamentos	45.339	46.369	–	–
Veículos	114.776	85.479	85.254	58.127
Aeronaves	50.595	16.465	51.981	16.368
Móveis, utensílios e outros	3.987	4.983	3.986	4.983
Equipamentos de informática	1.761	1.797	579	525
Obras em andamento e outros	614	570	1.483	1.544
Total	146.301	15.962	25.655	15.276
	893.334	719.905	681.234	628.059

Terrenos	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Edifícios e construções	491.724	510.514	474.134	493.470
Máquinas e equipamentos	2,8	51.626	(13.464)	38.162
Veículos	4 a 25	137.564	(52.310)	85.254
Aeronaves	20	102.509	(50.530)	51.979
Móveis, utensílios e outros	14	6.976	(2.989)	3.987
Equipamentos de informática	10	1.554	(975)	579
Obras em andamento e outros	20	4.934	(3.451)	1.483
Total	–	25.656	–	25.656
	–	804.953	–	681.234

Terrenos	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Edifícios e construções	493.470	1.283	(20.619)	474.134
Máquinas e equipamentos	49.043	2.628	(45)	51.626
Veículos	104.573	35.164	(2.173)	137.564
Aeronaves	65.328	38.632	(1.451)	102.509
Móveis, utensílios e outros	6.976	1.423	(34)	1.554
Equipamentos de informática	1.423	165	(332)	4.934
Obras em andamento e outros	4.676	590	–	25.656
Total do custo	15.186	10.470	–	25.656
Depreciação acumulada	740.675	88.932	(24.654)	804.953
Valor residual do ativo imobilizado	(112.706)	(30.967)	19.954	(123.719)
	627.969	57.965	(4.700)	681.234

Terrenos	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Edifícios, construções e praças de pedágio	2,8	51.701	(13.464)	38.237
Reservatórios, barragens e adutoras	2	55.451	(10.112)	45.339</

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

19. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2011 o capital social da Companhia era de R\$ 1.207.380 (R\$ 600.000 em 2010), representado por 1.166.258.000 (996.252.000 em 2010) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **b. Reserva de lucros – • Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **• Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia está propondo, *ad referendum* na Assembleia Geral Ordinária, a transferência do saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

Descrição	2011
Lucro líquido do exercício	31.528
(-) Constituição da reserva legal	(1.576)
Realização do custo atribuído de ativo de controladas, líquido de tributos diferidos	15.033
Lucro líquido a transferir para reserva de retenção de lucros	44.985

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio: Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

20. Gerenciamento de riscos – As operações da Companhia e suas controladas diretas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **(i) Risco de Taxa de Juros –** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de aumento significativo nas taxas de juros, que reduziria as receitas financeiras sobre determinadas operações contratadas na data do balanço, como por exemplo, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e precatórios a receber; **(ii) Risco de Crédito –** O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, incluindo valores faturados e serviços a faturar. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, bem como a interrupção do fornecimento de serviços e produtos caso ocorra atrasos na quitação de faturas de seus clientes.

21. Receita operacional líquida – Consolidado

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita de serviços	530.000	914.502	509.112	843.619
Receita de venda de produtos	125.963	107.961	125.921	107.961
Receita operacional bruta	655.963	1.022.463	635.033	951.580
Deduções				
Impostos sobre as vendas	(71.309)	(84.890)	(65.787)	(79.960)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(123)	(448)	(123)	(448)
	(71.432)	(85.338)	(65.910)	(80.408)
	584.531	937.125	569.123	871.172

22. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Despesas com pessoal e encargos sociais	(72.479)	(57.231)	(70.249)	(55.413)
Serviços de terceiros	(37.592)	(39.374)	(37.038)	(38.436)
Doações e outros	(10.848)	(13.947)	(10.848)	(13.947)
Depreciação e amortização	(6.866)	(4.899)	(4.705)	(4.899)
Despesas tributárias	(7.703)	(1.353)	(7.256)	(1.299)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(4.353)	8.721	(4.332)	8.721
Outros	(19.105)	(25.308)	(14.820)	(24.239)
	(158.946)	(133.589)	(149.251)	(129.512)

23. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ganho na mensuração de ativos ao valor justo	30.235	576.812	30.235	576.812
Dividendos recebidos	27.582	25.670	27.582	25.670
Resultado na alienação de ativo imobilizado	–	5.135	(3.972)	5.114
Receita de aluguéis	1.171	756	1.171	756
Constituição de provisão para contingências	2.015	(3.190)	2.015	(3.190)
Identizações trabalhistas	(2.553)	(2.526)	(2.553)	(2.526)
Outras despesas operacionais	(2.254)	(9.666)	(1.091)	(9.032)
	60.704	592.991	53.387	593.604

24. Avais, fianças, garantias e cobertura de seguros – A Companhia e suas controladas diretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia das obras em execução e para determinados bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foi definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2011 Serveng possuía seguro-garantia, fianças e coberturas de seguros no total de R\$ 325.766, abrangendo, R\$ 133.682 para risco de engenharia, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, R\$ 170.401 para seguro garantia, R\$ 10.848 para seguro/carta fiança, R\$ 575 para veículos e R\$ 260 para outros. Em 31 de dezembro de 2011 a controlada direta Santa Cruz Rodovias S.A. possui compromissos vinculados às concessões rodoviárias a serem cumpridos com o Poder Concedente no montante de R\$ 18.600 (R\$ 35.555 em 2010) relativo à obrigação de recuperar, manter e conservar os trechos concedidos à Santa Cruz Rodovias S.A., obedecendo ao cronograma previamente estabelecido, a serem realizados até o final do prazo da concessão.

25. Eventos subsequentes – Após 31 de dezembro de 2011, ocorreram os seguintes eventos relevantes na Companhia e em suas controladas: **(i) Captação de financiamentos com o BNDES:** Em janeiro de 2012 as controladas da Companhia que têm como objeto a exploração de energia eólica, captaram financiamentos com o BNDES no montante de R\$ 150.000 com o objetivo de financiar a construção das usinas eólicas. Sob os financiamentos incidirão juros de 2,05% a.a. + TJLP e será liquidado em 192 parcelas a partir de agosto de 2013. Os financiamentos estão garantidos por penhor de ações da controlada Ventos Potiguar, bem como penhor de contratos de fornecimento de energia elétrica. Esses financiamentos possuem indicadores financeiros (*covenants*) anuais em que o índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA – Imposto de Renda e Contribuição Social)/(Soma dos pagamentos do Principal + Juros em 12 meses). **(ii) Aumento de capital social da Companhia:** Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de janeiro de 2012 foi aprovado o aumento de capital na Controlada Serveng-Civilsan S.A. (Serveng) no montante de R\$ 30.000, por meio da integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC anteriormente efetuado pelos acionistas. Diantamento o capital social da Companhia passou a ser representado pelo montante de R\$ 1.207.380, representado por 1.185.590.000 ações ordinárias.

Diretoria Estatutária

Thadeu Luciano Marcondes Penido – Diretor Vice-Presidente

Matheus Lopes Ribeiro Penido – Diretor Geral

Contabilidade

Nelson Cardona Filho – Contador CRC 1SP 208504/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras

estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo novas regras relativas ao pagamento de precatórios estaduais e municipais que está, atualmente, em tramite no Superior Tribunal Federal – STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A controlada Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ no montante de R\$ 440.795 mil, para o qual existe uma ação de sequestro de verbas públicas perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo visando a realização deste montante. A realização financeira desses precatórios depende do julgamento favorável quanto a constitucionalidade da referida Emenda Constitucional ou do sucesso da ação movida pelos assessores jurídicos dessa controlada e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo.

São Paulo, 30 de março de 2012



cutting through complexity™

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador
CRC 1SP 160482/O-6